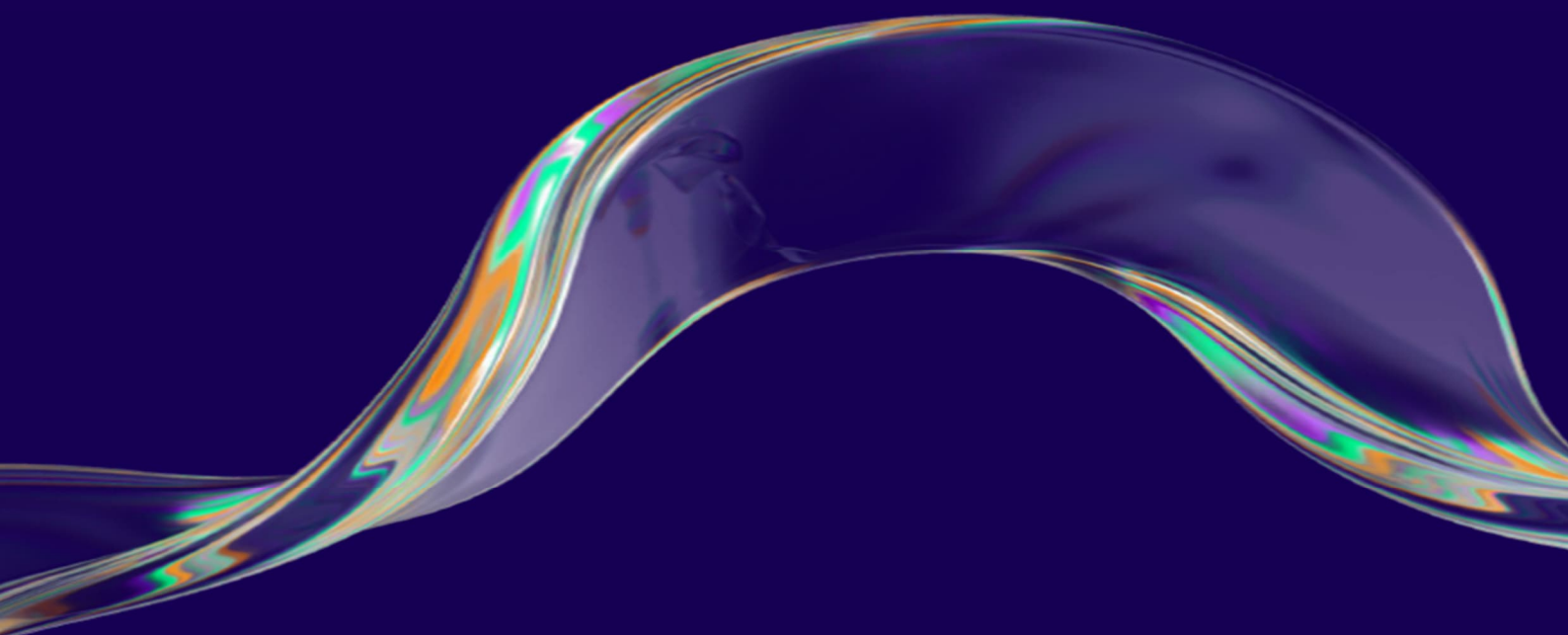


Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.



Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Índice

Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Balço patrimonial	8
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	9

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	10
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	12
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	12
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	13
5	Receita.....	14
6	Custos e despesas.....	15
7	Resultado financeiro líquido.....	15
8	Caixa e equivalentes de caixa	15
9	Aplicaões financeiras	16
10	Fundo de liquidez – conta reserva	16
11	Contas a receber	17
12	Imobilizado	18
13	Financiamentos	20
14	Fornecedores.....	21
15	Provisões para litígios.....	21
16	Obrigaões com desmobilização de ativos.....	22
17	Partes relacionadas	23
18	Imposto de renda e contribuição social	24
19	Patrimônio líquido.....	24
20	Instrumentos financeiros e gestão de risco	25

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores
Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/O-1

Robinson Meira

Contador CRC 1 SP 244496/O-5

Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.
 Demonstração do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Receita líquida	5	22.806	5.828
Custo com energia elétrica	6	(12.961)	(4.803)
Custo com operação	6	(6.520)	(1.800)
Lucro (prejuízo) bruto		3.325	(775)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	6	(1.099)	(1.029)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(4)	(18)
		(1.103)	(1.047)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		2.222	(1.822)
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		4.130	5.129
Despesas financeiras		(10.578)	(4.618)
		(6.448)	511
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.226)	(1.311)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	18	(2.422)	(45)
Prejuízo do exercício		(6.648)	(1.356)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(6.648)	(1.356)
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(6.648)	(1.356)

Jaiba NE3 Energias Renováveis S.A.
 Demonstração dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.226)	(1.311)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias		8.399	4.200
Depreciação e amortização	6	5.943	1.493
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	1	-
Baixa de arrendamentos		-	96
Apropriação de custos de captações	7	33	16
Rendimentos sobre fundo de reserva		(338)	(131)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	284	92
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	7	361	91
Provisão (reversão) de obrigações socioambientais		(20)	334
		10.437	4.880
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(319)	(1.967)
Tributos a recuperar		205	(877)
Demais créditos e outros ativos		(1.445)	552
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		(614)	(436)
Tributos a recolher		(2.153)	81
Partes relacionadas		(314)	1.673
Demais obrigações e outros passivos		(28)	48
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		5.769	3.954
Juros pagos sobre financiamentos	13 (c)	(7.936)	(298)
Imposto de renda e contribuição social (pagos) restituídos		27	(21)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(2.140)	3.635
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(177)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		49	(2.253)
Aquisição de imobilizado e intangível		(2.200)	(14.370)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(2.328)	(16.623)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de recursos	13 (c)	-	78.588
Adição de custos com captação	13 (c)	-	(734)
Liquidação de financiamentos	13 (c)	(1.526)	-
Liquidação de arrendamentos		(403)	(129)
Redução de capital	1.1.1 (a)	(78.860)	-
Pagamento de dividendos	1.1.1 (b)	(297)	(506)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(81.086)	77.219
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa			
		(85.554)	64.231
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		86.770	22.539
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.216	86.770

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.216	86.770
Aplicações financeiras	9	245	-
Contas a receber de clientes	11	2.286	1.967
Tributos a recuperar		774	979
Outros ativos		1.471	26
		<u>5.992</u>	<u>89.742</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	2.673	2.384
Outros ativos		30	30
		<u>2.703</u>	<u>2.414</u>
Imobilizado	12	155.715	160.454
Intangível		24	18
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		2.884	3.012
		<u>161.326</u>	<u>165.898</u>
Total do ativo		<u><u>167.318</u></u>	<u><u>255.640</u></u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	13 (a)	1.927	1.670
Fornecedores	14	3.873	5.553
Arrendamentos		45	41
Tributos a recolher		603	307
Partes relacionadas	17	2.048	2.363
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	16 (a)	314	334
Outros passivos		20	48
		<u>8.830</u>	<u>10.316</u>
Não circulante			
Financiamentos	13 (a)	78.883	80.102
Arrendamentos		3.131	3.177
Partes relacionadas	17	72	71
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	16 (a)	3.058	2.825
		<u>85.144</u>	<u>86.175</u>
Total do passivo		<u><u>93.974</u></u>	<u><u>96.491</u></u>
Patrimônio líquido			
Capital social	19	79.876	158.736
Reservas de lucros		-	413
Prejuízos acumulados		(6.532)	-
Total do patrimônio líquido		<u><u>73.344</u></u>	<u><u>159.149</u></u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>167.318</u></u>	<u><u>255.640</u></u>

Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva de lucros			Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
			Reserva de investimentos	Reserva legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2024		158.736	-	116	1.653	-	160.505
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.356)	(1.356)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(1.356)	(1.356)
Destinação do resultado do exercício							
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	1.516	-	(1.516)	-	-
Absorção de prejuízo do exercício		-	(1.103)	(116)	(137)	1.356	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	413	(116)	(1.653)	1.356	-
Em 31 de dezembro de 2024		158.736	413	-	-	-	159.149
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(6.648)	(6.648)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(6.648)	(6.648)
Demais mutações patrimoniais do exercício							
Redução de capital	1.1.1 (a)	(78.860)	-	-	-	-	(78.860)
Destinação do resultado do exercício							
Absorção de prejuízo do exercício		-	(116)	-	-	116	-
Dividendos intermediários	1.1.1 (b)	-	(161)	-	(136)	-	(297)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		(78.860)	(277)	-	(136)	116	(79.157)
Em 31 de dezembro de 2025		79.876	136	-	(136)	(6.532)	73.344

1 Considerações gerais

A Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A ("Companhia"), com sede na cidade de Jaíba, estado de Minas Gerais, foi constituída em agosto de 2020, e tem como objetivo (i) a exploração, em nome próprio ou por meio de participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica, na forma permitida em lei e mediante obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de qualquer fonte; (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal propósito; e (iv) a implantação, administração e operação de centrais geradoras. A companhia tem capacidade física de 40 Mw, com início da concessão em 18 de fevereiro de 2020 e final em 17 de fevereiro de 2055.

A Companhia é controlada direta das *holdings* SF401 Participações Societárias S.A. e participação direta da Jaíba V Holding S.A. ("Jaíba V"), e indireta das companhias CESP Companhia Energética de São Paulo ("CESP") e Auren Energia S.A. ("Auren").

A energia gerada pela Companhia é negociada, principalmente, com as Comercializadoras da Auren.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Redução de capital

Em 27 de março de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social no montante de R\$ 68.402, mediante ao cancelamento de 70.518.055 ações ordinárias, passando o capital social de R\$ 158.735 (dividido em 165.152.290 ações ordinárias) para R\$ 90.333 (dividido em 94.634.235 ações ordinárias).

Em 27 de março de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social no montante de R\$ 10.457, mediante ao cancelamento de 11.124.251 ações ordinárias, passando o capital social de R\$ 90.333 (dividido em 94.634.235 ações ordinárias) para R\$ 79.876 (dividido em 83.509.984 ações ordinárias).

(b) Dividendos deliberados e pagos

Em 27 de março de 2025, a Administração da Companhia deliberou o pagamento de dividendos intermediários para sua controladora Jaíba V Holding S.A., no montante de R\$ 297, proveniente do saldo parcial das Reservas de Investimentos e Retenção. O pagamento dos dividendos ocorreu em 27 de março de 2025.

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração solar:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, condicionada à definição de critérios pelo Poder Concedente.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regulamentação do armazenamento de energia elétrica:

A lei introduz diretrizes para regulamentação dos sistemas de armazenamento, incluindo baterias e outras tecnologias, além de prever incentivos ao seu desenvolvimento.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

A prorrogação pode ser antecipada em até 5 anos, com vigência imediata.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2025, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* ("IFRIC"), ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 27 de março de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações financeiras individuais, no montante de R\$ 2.838.

Para honrar esses compromissos, a Administração complementarará os recursos do ativo circulante com outras fontes de liquidez, como aportes dos controladores, além de ter amplo acesso ao mercado de capitais. A Administração entende que tais fontes, aliadas à capacidade recorrente de geração de caixa, asseguram a continuidade operacional no curso normal dos negócios.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia em 2025

A Companhia analisou as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) **Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia**

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia, as quais estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do "own use" para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza "hedge accounting" para certos PPAs que não atendam a exceção de "own use".	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> ("ISSB") – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma Tributária Brasileira

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 01º de janeiro de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
12	Imobilizado
15	Provisão para litígios
16	Obrigações com desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional ("SIN").

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as diferenças entre recurso e requisito de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

	Nota	2025	2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	17	17.632	5.783
Energia de curto prazo – CCEE		2.228	639
		19.860	6.422
Outras receitas			
Serviços		3.035	-
Outras receitas		915	-
		3.950	-
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(869)	(594)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(111)	-
Imposto sobre serviços – ISS		(24)	-
		(1.004)	(594)
Receita líquida		22.806	5.828

6 Custos e despesas

					2025	2024
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(9.223)	-	-	-	(9.223)	(1.532)
Encargos de uso da rede elétrica	(3.738)	-	-	-	(3.738)	(3.271)
Depreciação e amortização	-	(5.943)	-	-	(5.943)	(1.493)
Pessoal	-	(17)	(794)	-	(811)	(786)
Pessoal	-	(17)	(794)	-	(811)	(786)
Materiais	-	-	-	-	-	(1)
Materiais	-	-	-	-	-	(1)
Serviços	-	(239)	(300)	-	(539)	(344)
Serviços de terceiros	-	(89)	(300)	-	(389)	(243)
Serviços de manutenção e conservação	-	(150)	-	-	(150)	(101)
Outros	-	(321)	(5)	-	(326)	(205)
Aluguéis e arrendamentos	-	(44)	-	-	(44)	(104)
Seguros	-	(233)	-	-	(233)	(91)
Impostos, taxas e contribuições	-	(39)	(4)	-	(43)	(7)
Outros custos e despesas líquidas	-	(5)	(1)	-	(6)	(3)
Demais (despesas) receitas	-	-	-	(4)	(4)	(18)
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(1)	(1)	-
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	(3)	(3)	(18)
	<u>(12.961)</u>	<u>(6.520)</u>	<u>(1.099)</u>	<u>(4)</u>	<u>(20.584)</u>	<u>(7.650)</u>

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		4.004	5.375
Juros sobre ativos financeiros		120	4
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		-	(250)
Outras receitas financeiras		6	-
		<u>4.130</u>	<u>5.129</u>
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	13 (c)	(8.467)	(4.200)
Apropriação dos custos de captações	13 (c)	(33)	(16)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	16	(284)	(92)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		(361)	(91)
Outras despesas financeiras		(1.433)	(219)
		<u>(10.578)</u>	<u>(4.618)</u>
		<u>(6.448)</u>	<u>511</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 99,77% do CDI (99,46% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Caixa		
Caixa e bancos	80	84
	80	84
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (i)	1.127	85.566
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	9	1.120
	1.136	86.686
Caixa e equivalentes de caixa	1.216	86.770

- (i) As quotas de fundo de investimento referem-se, ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 99,76% do CDI.

	2025	2024
Aplicações financeiras		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	245	-
	245	-

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário

10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possuem taxa de remuneração média de 99,78% do CDI. (78,29% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva		
Não circulante	2.673	2.384
	<u>2.673</u>	<u>2.384</u>

- (i) A Companhia possui alguns contratos de financiamentos que preveem a obrigação de manutenção de contas reserva e/ou fundos de liquidez como garantia, os quais devem ser mantidos durante todo o prazo de vigência dos respectivos contratos.

10.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Rating local	
	2025	2024
AAA	4.134	89.154
	<u>4.134</u>	<u>89.154</u>

Os *ratings* foram extraídos de agências de *rating* (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

11 Contas a receber

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2025	2024
Contratos bilaterais	1.368	-
Partes relacionadas (Nota 17)	-	1.949
Energia de curto prazo - CCEE	918	18
	<u>2.286</u>	<u>1.967</u>

(b) Vencimentos de contas a receber

	2025	2024
A vencer	917	1.967
Vencidos até 3 meses	52	-
Vencidos acima de 6 meses	1.317	-
	<u>2.286</u>	<u>1.967</u>

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

12 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa N°674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Nota 16).

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício								
Custo	156.758	1.572	2.733	22	544	286	161.915	142.652
Depreciação acumulada	(1.421)	(10)	(30)	-	-	-	(1.461)	-
Saldo líquido no início do exercício	155.337	1.562	2.703	22	544	286	160.454	142.652
Adições	-	-	-	-	-	1.126	1.126	19.280
Depreciação	(5.685)	(39)	(89)	(1)	-	-	(5.814)	(1.461)
Remensurações (Nota 16 (a))	-	-	(51)	-	-	-	(51)	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	(17)
Saldo no final do exercício	149.652	1.523	2.563	21	544	1.412	155.715	160.454
Custo	156.758	1.572	2.682	22	544	1.412	162.990	161.915
Depreciação acumulada	(7.106)	(49)	(119)	(1)	-	-	(7.275)	(1.461)
Saldo líquido no final do exercício	149.652	1.523	2.563	21	544	1.412	155.715	160.454
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,00	3,00	3,00	6,00				

13 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

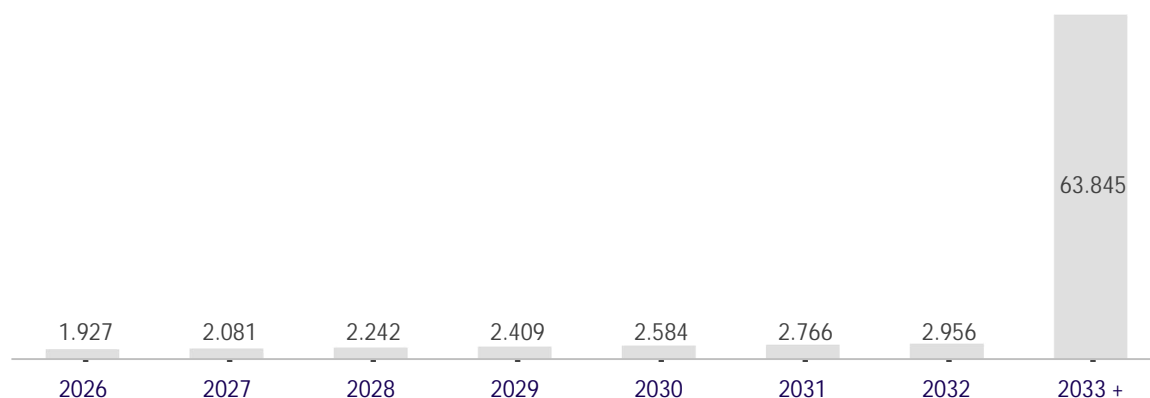
2025											
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Total	Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total		
		BNB	IPCA+6,22%	1.738	(33)	222	1.927	75.325	(653)		
		<u>1.738</u>	<u>(33)</u>	<u>222</u>	<u>1.927</u>	<u>75.325</u>	<u>(653)</u>	<u>4.211</u>	<u>78.883</u>	<u>80.810</u>	<u>79.868</u>

2024											
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Total	Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total		
		BNB	IPCA+6,22%	1.526	(33)	177	1.670	77.062	(685)		
		<u>1.526</u>	<u>(33)</u>	<u>177</u>	<u>1.670</u>	<u>77.062</u>	<u>(685)</u>	<u>3.725</u>	<u>80.102</u>	<u>81.772</u>	<u>108.074</u>

BNB – Banco do Nordeste
 IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

(i) Nos contratos de financiamentos celebrados junto ao BNB há a previsão de um bônus de adimplência de 0,85%, que será aplicado quando as parcelas das dívidas forem liquidadas até as datas de seus respectivos vencimentos.

(b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	2025	2024
Saldo no início do exercício	81.772	-
Captações	-	78.588
Provisões de juros (Nota 7)	8.467	4.200
Adição dos custos de captações	-	(734)
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	33	16
Juros pagos	(7.936)	(298)
Liquidações	(1.526)	-
Saldo no final do exercício	<u>80.810</u>	<u>81.772</u>

(d) Garantias

Ativo ou Projeto	Modalidade	Garantia
Sol de Jaíba	BNB	Fiança bancária; Contas reservas.

(e) Condições restritivas

Alguns contratos de financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida Líquida sobre Ebitda Ajustado, e/ou Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram cumpridas.

14 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços	3.865	5.533
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas	17	20
	<u>3.873</u>	<u>5.553</u>

15 Provisões para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui processos com prognóstico de perda provável.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 1 processo de natureza tributária com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 9 (Saldo zero em 31 de dezembro de 2024) e 1 processo de natureza cível com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 8.700 (Saldo zero em 31 de dezembro de 2024).

16 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia.

(a) Composição e movimentação das provisões

	Desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	2025	2024
Saldo no início do exercício	56.617	334	(53.792)	3.159	334
Adições	-	-	-	-	2.733
Remensuração (Nota 12 (a) (i))	(39.116)	-	39.065	(51)	-
Reversão	-	(20)	-	(20)	-
Ajuste a valor presente (Nota 7)	30	-	254	284	92
Saldo no final do exercício	17.531	314	(14.473)	3.372	3.159
Circulante	-	314	-	314	334
Não circulante	17.531	-	(14.473)	3.058	2.825
	17.531	314	(14.473)	3.372	3.159

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas as premissas utilizadas no cálculo da provisão para desmobilização de ativos dos parques solares. Os custos estimados passaram a ser atualizados pelo IPCA mensal, refletindo de forma mais adequada as variações econômicas e reduzindo incertezas associadas às projeções de longo prazo. O saldo do passivo foi descontado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem projeção futura de IPCA e sem prêmio de risco. Essa atualização resultou na redução da taxa de desconto aplicada e, conseqüentemente, no aumento do valor do passivo de desmobilização de ativos.

17 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren S.A.

	Ativo		Passivo		Vendas		Compras	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes (Nota 11 (a))								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	1.369	-	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	-	1.949	-	-	16.263	5.783	-	-
	-	1.949	-	-	17.632	5.783	-	-
Fornecedores - serviços								
Votorantim S.A.	-	-	8	20	-	-	-	-
	-	-	8	20	-	-	-	-
Fornecedores - compra de energia								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	(194)	-
	-	-	-	-	-	-	(194)	-
Outros								
Jaíba C Energias Renováveis S.A.	-	-	72	71	-	-	-	-
	-	-	72	71	-	-	-	-
Repasse de custos (i)								
Votorantim S.A.	-	-	-	-	-	-	(105)	(125)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	60	84	-	-	(88)	(70)
Auren Energia S.A.	-	-	1.375	1.563	-	-	(634)	(520)
Jaíba V Holding S.A.	-	-	429	422	-	-	(32)	-
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	184	294	-	-	(144)	(166)
	-	-	2.048	2.363	-	-	(1.003)	(881)
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	1.949	2.128	2.454	17.632	5.783	(1.197)	(881)

(i) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia.

18 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou o imposto de renda e a contribuição social com base na forma de tributação do lucro presumido, aplicando alíquotas de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, 32% (IRPJ e CSLL) sobre as receitas de prestação de serviços e venda de energia, e considerando integralmente as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Em 2024, a apuração foi realizada com base na forma de tributação do lucro real.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 2.422 (R\$ 45 em 31 de dezembro de 2024).

(a) Reconciliação

	2025					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Serviços		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta Tributável	19.861	19.861	3.950	3.950	4.130	4.130
Total Receita Tributável	19.861	19.861	3.950	3.950	4.130	4.130
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%	100%	100%
Base de cálculo Presumida	1.589	2.383	1.264	1.264	4.130	4.130
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	373	214	316	114	1.033	372

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 79.876 (R\$ 158.736 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 83.509.984 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (165.152.290 em 31 de dezembro de 2024).

Conforme mencionado na Nota 1, o único acionista da Companhia é a Jaiba V.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

20 Instrumentos financeiros e gestão de risco

20.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da Companhia no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2025	2024
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 11)		2.286	1.967
		<u>2.286</u>	<u>1.967</u>
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	1.136	86.686
Aplicações financeiras (i) (Nota 9)	1	245	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (i) (Nota 10)	1	2.673	2.384
		<u>4.054</u>	<u>89.070</u>
		<u>6.340</u>	<u>91.037</u>
Passivos			
Ao custo amortizado			
Financiamentos (ii) (Nota 13)	2	80.810	81.772
Fornecedores (Nota 14)		3.873	5.553
Partes relacionadas (Nota 17)		2.120	2.434
Arrendamentos		3.176	3.218
		<u>89.979</u>	<u>92.977</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 13 (a).

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

20.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental e (e) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 10.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos (i)	9.147	14.303	31.558	141.915	196.923
Fornecedores (Nota 14)	3.873	-	-	-	3.873
Arrendamentos (i)	357	714	1.070	8.298	10.439
Partes relacionadas (Nota 17)	2.048	72	-	-	2.120
	<u>15.425</u>	<u>15.089</u>	<u>32.628</u>	<u>150.213</u>	<u>213.355</u>
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	9.012	19.076	18.896	145.850	192.834
Fornecedores (Nota 14)	5.553	-	-	-	5.553
Arrendamentos (i)	401	804	1.162	8.655	11.022
Partes relacionadas (Nota 17)	2.363	71	-	-	2.434
	<u>17.329</u>	<u>19.951</u>	<u>20.058</u>	<u>154.505</u>	<u>211.843</u>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

20.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundo de liquidez – conta reserva e dos empréstimos e financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Impactos no resultado					
			Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	Cenários II & III			
					-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	4.054	-72,92 bps*	(30)	(151)	(302)	151	302
IPCA 4,26%	Financiamentos (i)	81.496	6 bps*	(50)	868	1.736	(868)	(1.736)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* *basis points*